



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROJETO DE LEI Nº            / 2019.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros, para o exercício de 2019, à Organização da Sociedade Civil Assistencial que específica, a título de subvenção social e auxílio e dá outras providências.**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 125/2019**

**Autor:** PREFEITO MUNICIPAL

**Ementa:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSISTENCIAL QUE ESPECÍFICA, A TÍTULO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**PROTOCOLO GERAL Nº 2242/2019**

Data: 26/06/2019 - Horário: 16:28



Dr. Isael Domingues, Prefeito Municipal de Pindamonhangaba, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte Lei:

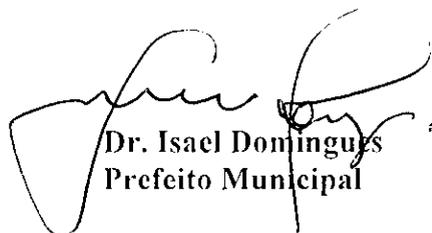
**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros, para o exercício de 2019, a título de subvenção social e auxílio, à Organização da Sociedade Civil Assistencial relacionada no Anexo I - Relação dos Projetos aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso, desta Lei.

**Art. 2º** A concessão da subvenção social e auxílio de que trata esta Lei será formalizada através de termo apropriado, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014, com destinação exclusiva e específica ao custeio e auxílio da Organização da Sociedade Civil subvencionada, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, estando o Poder Executivo autorizado a promover, mediante Decreto, a abertura de crédito adicional especial e crédito adicional suplementar, se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 18 de junho de 2019.

  
**Dr. Isael Domingues**  
**Prefeito Municipal**

# ANEXO I

## RELAÇÃO DE PROJETOS APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - ANO 2019

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	PROJETO	Nºs RESOLUÇÕES	TIPO	VALOR	FICHA
LAR IRMÃ TEREZINHA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO IDOSO	54.122.031/0001-44	"CENTRO DE REABILITAÇÃO"	20 de 12/03/19 e 21 de 13/03/19	Auxílio	R\$ 16.000,00	644
LAR IRMÃ TEREZINHA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO IDOSO	54.122.031/0001-44	"CENTRO DE REABILITAÇÃO"	20 de 12/03/19 e 21 de 13/03/19	Custeio	R\$ 221.200,00	885
LAR IRMÃ TEREZINHA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO IDOSO	54.122.031/0001-44	"CASA DIA DO IDOSO"	20 de 12/03/19 e 21 de 13/03/19	Custeio	R\$ 10.000,00	646
LAR IRMÃ TEREZINHA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO IDOSO	54.122.031/0001-44	"CASA DIA DO IDOSO"	20 de 12/03/19 e 21 de 13/03/19	Auxílio	R\$ 90.000,00	884
				<b>TOTAL AUXÍLIO</b>	<b>R\$ 106.000,00</b>	
				<b>TOTAL CUSTEIO</b>	<b>R\$ 231.200,00</b>	
				<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 337.200,00</b>	

A



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**MENSAGEM Nº 029 / 2019**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros, para o exercício de 2019, à Organização da Sociedade Civil Assistencial, a título de subvenção social e auxílio e dá outras providências.**

**Exmo. Sr.**  
**Ver. Felipe Francisco César Costa**  
**DD. Presidente da Câmara de Vereadores de**  
**Pindamonhangaba/SP**

**Senhor Presidente,**

Vimos, através do presente, trazer ao crivo desta respeitável Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo que autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros, para o exercício de 2019, à Organização da Sociedade Civil Assistencial, a título de subvenção social e auxílio e dá outras providências.

Com efeito, é indubitável a extrema importância dos referidos projetos, uma vez que as alianças são indispensáveis às políticas públicas de assistência social. Além disso, tratam-se de verbas deliberadas pelos respectivos conselhos municipais e com ampla e total concordância da Secretaria Municipal de Assistência Social quanto aos Planos de Trabalho apresentados e respectivas ações sociais.

Ante à essencialidade declarada, já deixamos entrever que a manutenção das atividades desempenhadas pelas organizações da sociedade civil encontra guarida na própria Lei n.º 13.019/14, mais especificamente em seus arts. 30 a 32 (possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público).

Atendo-se ao caso concreto consignado nesta mensagem, cumpre registrar que a hipótese aventada resulta da leitura combinada da Lei n.º 13.019/14 (Marco Regulatório), com a Lei n.º 4.320/64 (que estatui as normas de direito financeiro) e, ainda, com a Lei Complementar n.º 101/00 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal).

Segundo a associação acima, a qual contempla a possibilidade de inexigibilidade de chamamento público, a transferência de recursos, via subvenção, para as entidades assistenciais necessita de prévio autorizo legal. Tal fato é corroborado quando constatada a remissão ao inciso I do § 3º, do art. 12, da Lei n.º 4.320/64 (c/c art. 16) e, especialmente, ao art. 26 da LRF, o qual prescreve que “a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica (...)”. Vejamos:

**\*\*\* Lei n.º 13.019/14\*\*\***



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

(...)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**\*\*\* Lei nº 4.320/64 \*\*\***

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

(...)

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

**\*\*\* Lei Complementar nº 101/00 \*\*\***

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Conclui-se, portanto, que a tramitação perquirida converge inteiramente com as prescrições do ordenamento jurídico vigente, de forma que a subvenção das entidades diagnósticas pelo organismo competente (Secretaria Municipal de Assistência Social) é matéria de indubitável interesse do Poder Executivo, Poder Legislativo e, especialmente, da própria população de Pindamonhangaba.

Outro ponto que reforça os argumentos trazidos ao crivo da edilidade diz respeito à abordagem do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) quanto às regras para concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições às entidades do Terceiro Setor. Segundo o órgão de controle, a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) deverão ser formalizados por meio de 'termo de colaboração' ou 'termo de fomento', com inexigibilidade do chamamento público devidamente justificado, nos termos dos artigos 31 e 32 da referida lei (vide Comunicado SDG 10/2017):

COMUNICADO SDG nº 10/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que a Lei Federal nº 13.019/2014 atualizada, vigente para os municípios desde 1º de janeiro de 2017, prevê que a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições serão formalizados por meio de Termo de Colaboração ou de Fomento, com inexigibilidade do chamamento público devidamente justificado, nos termos dos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

artigos 31, II cc 32 “caput” e § 4º da Lei. Nas parcerias assim constituídas, o poder público concessor deverá cumprir as demais exigências previstas na Lei, com destaque para elaboração do plano de trabalho (artigo 22); monitoramento e avaliação (artigos 58 a 60); acompanhamento da execução (artigos 61 e 62) e prestações de contas (artigos 63 a 68). SDG, 17 de março de 2017.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI  
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

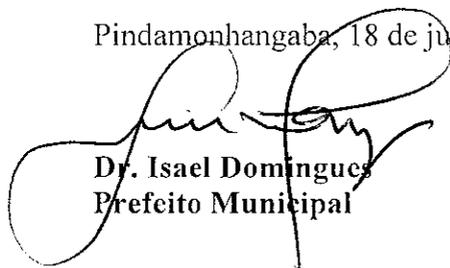
Em linhas mais claras, ainda que a Municipalidade trilhe os caminhos da dispensa ou inexigibilidade de chamamento público (ambas devidamente justificadas), todos os demais requisitos prescritos no marco regulatório deverão ser atendidos, o que vem a espelhar o fiel e irrestrito cumprimento da lei.

No caso das transferências de recursos financeiros, a título de subvenção social e auxílio, objeto do presente projeto de Lei, as propostas da Organização da Sociedade Civil, Lar Irmã Terezinha Associação de Assistência do Idoso, foram selecionadas através de Chamamento Público elaborado pelo Conselho Municipal do Idoso – CMI, publicado no Jornal Tribuna do Norte em 15/01/2019 e aprovadas nos termos das Resoluções CMI nº 20/2019, de 12/03/2019, alterada pela Resolução CMI nº 21, de 13 de março de 2019, conforme cópias anexas.

Portanto, Senhor Presidente, por se tratar de matéria de extrema importância, é fundamental a aprovação do presente projeto, o qual assegurará a continuidade dos relevantes serviços prestados pelas entidades assistenciais. Para tanto, invocamos o Art. 44 da Lei Orgânica Municipal, para que se vote em caráter de urgência, no menor prazo possível.

Na oportunidade, reiteramos a V. Exa. os protestos de elevada estima e consideração, homenagem que peço seja extensiva a todos os Nobres Vereadores, que integram essa Casa de Leis.

Pindamonhangaba, 18 de junho de 2019.



**Dr. Isael Domingues**  
**Prefeito Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06  
2

TRIBUNA DO NORTE DE 12 DE MARÇO DE 2019 – PÁGINA 04

EDICÃO Nº 9.237

 **CMII - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**  
PINDAMONHANGABA - ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**RESOLUÇÃO Nº 20, de 12 de março de 2019.**

Dispõe sobre a relação de projetos apresentados e aprovados em atendimento ao Edital nº 01/2019 - FMI - Fundo Municipal do Idoso, autoriza o repasse de recursos via FMI, e dá outras providências.

O Conselho Municipal do Idoso de Pindamonhangaba, criado pela Lei nº 4.492/2003, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a disposição no § 2º artigo 5º da Lei nº 5.221/2011;

Considerando a deliberação da 3ª reunião ordinária, ocorrida em 7 de março de 2019

Resolve:

Art. 1º - As ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, fica autorizado o repasse público de recursos provenientes do Fundo Municipal do Idoso, conforme quadro demonstrativo abaixo:

RELAÇÃO DE PROJETOS APROVADOS		
Entidade - Proponente	PROJETO	Valor inicial estimado para financiamento integral (R\$)
ACCI Moreira Cesar Helena Bondioli Muassab	INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO	52.944,00
Lar São Vicente de Paulo	APRENDER NÃO TEM IDADE	17.280,00
	RECURSOS HUMANOS	100.000,00
Lar Irmã Teresinha	ACOLHIMENTO AO IDOSO GRAU III	230.000,00
	RECURSOS HUMANOS	459.800,00
	AUXÍLIO PARA INSTALAÇÃO DE CÂMARA FRIA	45.000,00
ACCI Francisca Inácio Ribeiro	PROJETO DESPERTAR II	6.092,00
TOTAL		911.116,00

Parágrafo 1º. Os valores referentes ao *caput* deste artigo são provenientes de recursos FMI - Fundo Municipal do Idoso, que financiarão os projetos das Organizações da Sociedade Civil, através do Termo de Fomento (Lei 13.019/2014).

Parágrafo 2º. Os projetos referentes ao quadro abaixo seguem aprovados, contudo, os repasses para financiamento dos mesmos ficam condicionados a eventual suplementação do orçamento vigente.

RELAÇÃO DE PROJETOS APROVADOS		
Entidade - Proponente	PROJETO	Valor inicial estimado para financiamento integral (R\$)
Lar Irmã Teresinha	CASA DIA	312.000,00
	CENTRO DE REABILITAÇÃO	237.200,00
TOTAL		549.200,00

Art. 2º - As referidas organizações (OSC) deverão apresentar Planos de Trabalho, detalhando em sua planilha de execução financeira a aplicação dos recursos deliberados.

Parágrafo Único. Anexos aos Planos de Trabalho, as organizações (OSC) deverão apresentar à Secretaria de Assistência Social, para as devidas providências, os documentos necessários as assinaturas do Termo de Fomento.

Art. 3º - As organizações beneficiadas deverão prestar contas, conforme dispõe o artigo 7º da Lei nº 5.221/2011 e a Lei 13.019/2014.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Adilson Lima da Silva  
Presidente do CMII - Gestão 2017/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TRIBUNA DO NORTE DE 21 DE MARÇO DE 2019 – PÁGINA 02

EDICÃO Nº 9.243

 **CMI – CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**  
PINDAMONHANGABA – ESTADO DE SÃO PAULO  
INSTITUÍDO PELA LEI Nº 492 DE 03 DE OUTUBRO DE 2006

**RESOLUÇÃO Nº 21, de 13 de março de 2019.**

Relança a Resolução nº 20, de 12 de março de 2019, que dispõe sobre a relação de projetos apresentados e aprovados em atendimento ao Edital nº 01/2019 – FMI – Funco. Municipal do Idoso, autoriza o repasse de recursos via FMI; e dá outras providências.

O Conselho Municipal do Idoso de Pindamonhangaba, criado pela Lei nº 4.492/2006, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando o disposto no § 2º artigo 5º da Lei nº 5.221/2011,  
Considerando a deliberação da 3ª reunião ordinária, ocorrida em 7 de março de 2019,  
Considerando a necessidade de correção de dispositivo da Resolução nº 20, de 12 de março de 2019.

Resolve:

Art. 1º - Alterar o quadro constante do artigo 1º, parágrafo 2º, da Resolução nº 20, de 12 de março de 2019, para alterar o valor do repasse aprovado para a execução do Projeto Casa Dia, de R\$ 312.000,00 para R\$ 100.000,00, conforme segue:

Art. 1º - (...)  
Parágrafo 2º: Os projetos referentes ao quadro abaixo seguem aprovados, contudo, os repasses para financiamento dos mesmos ficam condicionados a eventual suplementação do orçamento vigente.

Entidade - Proponente	PROJETO	Valor inicial estimado para financiamento integral (R\$)
Lar Imã Terezinha	CASA DIA	100.000,00
	CENTRO DE REABILITAÇÃO	237.200,00
TOTAL		337.200,00

Art. 2º - As demais disposições contidas na Resolução nº 20, de 12 de março de 2019 permanecem inalteradas.  
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Adilson Lima da Silva  
Presidente do CMI – Gestão 2017/2019